

A detailed marble bust of Aristotle, showing his characteristic curly hair and beard, positioned on the left side of the cover.

Tradução Direta do Grego, Introdução e Notas de  
MÁRIO DA GAMA KURY

Prefácio  
JOSÉ REINALDO DE LIMA LOPES

ARISTÓTELES

ética a  
nicômacos

A stylized logo for Madamu, featuring a quill pen or feather.

MADAMU

Copyright © 2020 by herdeiros de Mário da Gama Kury

Tradução anteriormente publicada pela Editora UNB *copyright* © 1985

*Editores*

Marcelo Toledo e Valéria Toledo

*Revisão*

Equipe Madamu

*Projeto Gráfico*

KOPR Comunicação

*Impresso no Brasil.*

*Nenhuma parte desta publicação poderá ser armazenada ou reproduzida por qualquer meio sem a autorização por escrito da Editora.*

*Todos os direitos desta edição são reservados à Editora Madamu*

*Rua Terenas, 66, conjunto 6, Alto da Mooca, São Paulo, SP*

*CEP 03128-010 - Fone: (11) 2966 8497*

*www.madamu.com.br*

*E-mail: leitor@madamu.com.br*

A717e Aristóteles.

Ética a Nicômacos / Aristóteles: tradução de Mário da Gama Kury. Prefácio de José Reinaldo de Lima Lopes. 1ª. ed.. - São Paulo: Editora Madamu, 2020.

290p., 16 x 23cm

Inclui índice remissivo

ISBN 978-85-52934-31-8

Título Original: *Ethikon Nikomacheion*

1. Filosofia. 2. Direito. I. Título

CDD: 106

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Filosofia. 2. Direito. I. Título.

# Sumário

Prefácio .....	7
Introdução .....	15
Livro I .....	27
Livro II .....	51
Livro III .....	69
Livro IV .....	97
Livro V .....	121
Livro VI .....	149
Livro VII .....	169
Livro VIII .....	199
Livro IX .....	225
Livro X .....	249
Índice Remissivo .....	275
Sobre o Tradutor .....	289

# Prefácio

## UMA ÉTICA PARA NOSSOS TEMPOS?

Depois da *Ética a Nicômacos* as coisas nunca mais foram as mesmas. Parece uma frase de efeito, mas é verdadeira. A maneira filosófica de pensar e argumentar que cultivamos tem sua origem em textos: os textos sagrados, os textos literários, os textos jurídicos e os textos filosóficos. Em algumas tradições, todos ou alguns deles estão unidos num só corpo, como um grande poema épico - nos tempos homéricos, ou na civilização indiana; em outras culturas e outros tempos eles se separaram. Essa separação, no caso de nossa própria experiência histórica, deu origem a conjuntos mais ou menos autônomos, embora com suas ligações intrínsecas e tradições superpostas. Assim se passou com a filosofia. Podemos bem encontrar alguns de seus temas (o conhecimento, o mundo natural, o mundo político, a natureza do que existe, nossa relação com tudo isso) na literatura de todos os tempos. Aristóteles representa um caso exemplar.

Tendo na sua juventude acompanhado os ensinamentos de Platão, distanciou-se pouco a pouco do mestre para seguir seu próprio caminho. Ele mesmo sugere isso na *Ética* quando nos diz que se deve preferir a verdade aos amigos, pois vai rejeitar algumas ideias de seu primeiro professor. Essa advertência transformou-se no ditado: “Sou amigo de Platão e sou amigo da academia, mas sou mais amigo da verdade!”. Os dois, Platão e Aristóteles, deixaram obras, conjuntos de pensamento sistematizados e estilos literários imorredouros. Platão consolidou a forma do diálogo, por isso ler seus textos é até hoje um prazer estético. Com Aristóteles é diferente, mas seu legado também nos acompanha. No estilo, o texto não tem nada da graça ou do sabor do diálogo, da pergunta e resposta entre aluno e professor. Tem a característica do rigor analítico.

Tudo que é dito é dito no interior de um argumento cada vez mais amplo e mais abrangente. Mas é dito de forma detalhada. É isso que vamos encontrar na *Ética a Nicômacos*.

Os especialistas disputam alguns temas em torno do livro, como a data de sua composição e sua relação com outra *Ética* que nos chegou, a *Ética a Eudemos*, bem como a autenticidade de alguns trechos. Para quem não é especialista neste nível, basta compreender alguns traços fundamentais da obra para tirarmos proveito dela, como o fazem gerações e gerações há mais de vinte séculos.

Começemos pelo papel que a *Ética* tem na obra inteira de Aristóteles. Logo no começo do livro lemos que a ciência arquitetônica (abrangente e fundamental) da vida humana, da vida da ação e da prática, é a política, não exatamente a ética. O que significa isso? Bem, significa que a vida propriamente humana não consiste na vida de um organismo como outro qualquer. Somos animais sim, somos bichos: Aristóteles não cansa de nos lembrar disso. Mas ao contrário dos outros bichos, criamos nosso mundo: o mundo dos seres humanos não é simplesmente aquele que nossos organismos encontram quando nascem e se separam dos organismos de seus pais.

Naturalmente vivemos artificialmente. Paradoxo? Contradição em termos? Não. Para os seres humanos é *natural* produzir seu mundo *artificial*. Esse mundo *artificial* começa pela linguagem. Além de sons que expressam prazer ou dor, além das formas mais simples de chamar a atenção de outros membros da nossa espécie — ou mais restritamente ainda — de nossa família e nosso bando, temos a linguagem. E por meio dela ampliamos indefinidamente nossas capacidades, ultrapassamos nossas capacidades orgânicas. Por exemplo, estamos aqui e agora “conversando” com um filósofo que morreu há mais de dois mil anos. É ou não é uma superação da simples vida orgânica, da simples voz, da simples expressão de nossas paixões e afetos? Nosso mundo natural-artificial inclui a linguagem, o que faz toda a diferença, mas inclui também a vida política. As cidades, as repúblicas, os estados modernos, as sociedades anônimas, pensem no que quiserem, não cresceram como cogumelos à sobra de árvores. Cresceram porque nós, seres humanos, os criamos.

Simples assim? Sim e não. A política é o saber que desenvolvemos para fazer e sustentar essa vida social que vai além do orgânico e instintivo.

Por isso a política é a ciência mais propriamente humana. Uma ciência que consiste em tomar consciência de que nosso mundo é feito por nós mesmos. Como parte dessa ciência do viver em comunidades amplas, que superam as famílias de sangue, encontramos a ética. A ética aristotélica é essa disciplina: um dar-se conta de como somos capazes de agir, de escolher o que fazer, de deliberar sobre o futuro e como conduzir nossas vidas, de propriamente criar nossas vidas. Depois de amamentados, podemos sobreviver como organismos vivos, biologicamente autônomos. Mas seremos capazes de sobreviver como seres humanos, ou melhor, como “pessoas”? A resposta de Aristóteles é um claro e definido ‘não!’. E da mesma maneira como tivemos que aprender a andar, a falar e a escolher o que comer, para nos tornarmos plenamente pessoas e seres humanos, temos que aprender a viver com os outros e temos que aprender a fazer escolhas que nos definirão e darão uma identidade, uma “personalidade”.

Trata-se de um percurso a seguir. A ética é uma reflexão sobre esse caminho. Ao contrário de uma pregação, a ética de Aristóteles é uma ciência. O que significa isso? Significa que ele tenta compreender nossa experiência. Ele não diz que devemos escolher isso ou aquilo. Ele nos diz que nossa felicidade (*eudaimonia*, florescimento) como pessoas não acontecerá como acontece nosso desenvolvimento físico. Diferentemente do que se dá com nossos corpos, não deixaremos de ser crianças por um processo inconsciente e biológico de amadurecimento anatômico: teremos que fazer escolhas. E assim como certas comidas, certos exercícios e certos medicamentos podem ajudar no desenvolvimento saudável de nossos corpos, assim também precisamos ter uma ideia clara do que nos transformará de “crianças” em “adultos” nesse mundo artificial das cidades e das culturas. São as virtudes aquilo que desenvolvemos por esforço e por exercícios, por hábito (e a palavra grega *ethos* significa hábito). Aristóteles dedica-se, portanto, a um verdadeiro “tratado das virtudes” mas, insisto, não como pregador, missionário, pastor, imã, rabino, babalorixá. Ele não dá conselhos. Não! Ele se dedica ao tema como filósofo, constataando e querendo esclarecer aquilo que as pessoas já fazem.

A obra é o resultado de aulas, e tem mesmo a forma de lições, com idas e vindas e algumas repetições, como se o professor quisesse retomar o fio da meada depois de ter feito digressões mais distantes do as-

sunto principal do que havia pensado ou planejado. Mesmo que o estilo não tenha a graça literária do diálogo, a *Ética* tem a sua própria graça quando a lemos como essas notas de aula, dirigidas a um público jovem que acompanha seu mestre.<sup>a</sup>

Lendo a *Ética* tomamos consciência do que é um processo de escolha ou deliberação, de como podemos ser consistentes na prática, de como nossa vida comum (a política) depende de nossa compreensão do que é o bem, do que fazemos quando agimos. A ética depende de uma filosofia da ação, não de uma psicologia empírica ou experimental. Ela pressupõe nossa capacidade de agir e escolher, assim como nossa capacidade de falar, de dar razões do que fazemos, capacidade de articular um discurso (*logos*, λογος). Visto que somos animais capazes de falar, nossa vida não transcorre simplesmente, nem no eterno presente. Transitamos para o futuro e para o passado, convocamos nossas lembranças e experiências, e planejamos o que fazer, escolhemos fins; em resumo, decidimos.

A estrutura da *Ética a Nicômacos*, como nos chegou, está disposta em dez livros. O primeiro, Livro I, define o objeto da ética e sua distinção metodológica em relação a outros saberes e disciplinas; define ainda o bem, a felicidade e o tipo de vida que se deve almejar como a melhor vida de um ser humano. O Livro II apresenta o conceito de virtude e a distinção entre virtudes intelectuais e morais. O terceiro (Livro III) trata das ações propriamente ditas, as ações voluntárias, da deliberação e começa a estudar as virtudes em particular, a coragem e a temperança — tratamento que continua no Livro IV, relativo à liberalidade, à magnificência, à tranquilidade ou calma, ao pudor. Vistas estas virtudes individuais e pessoais, ele passa ao tratamento das virtudes sociais. O Livro V, seu *Tratado da Justiça*, continua a ser a melhor referência no que diz respeito à estrutura das relações sociais (distributivas, comutativas) e políticas (a justiça legal e geral). Suas lições nos ensinam que a virtude da justiça, primeira e mais importante das virtudes sociais, tem um elemento racional e calculador, pois se trata sempre de medir e regrar os bens entres os seres humanos. Não é apenas coincidência o fato de a teoria da justiça mais relevante do século XX, apresentada por John Rawls, afirmar que o

---

a. D. H. Hutchinson, "Ética", em *Aristóteles*, tradução de Ricardo H. P. Machado, (Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2009), pg. 255-297.

estudo dessa virtude é uma parte do estudo da própria racionalidade, hoje chamada de teoria da escolha racional<sup>b</sup>. Aristóteles também considerava a justiça como virtude racional, relativa aos cálculos de troca e partilha entre os seres humanos. Nada de sentimentalismo. Uma virtude do cálculo<sup>c</sup>. Ao final desse livro aparecem duas seções clássicas sobre a equidade, tema que tanta confusão provoca entre juristas, mas que ali é tratado como parte da justiça mesma e necessária sempre para superar a generalidade da lei nos casos singulares. Encontramos no Livro VI o tratado sobre a virtude intelectual que, na opinião de nosso autor, domina toda a vida moral: a prudência, hoje traduzida por *sabedoria prática*. A prudência não é a cautela, é a virtude de ser capaz de agir da maneira certa na hora certa, e a virtude da tomada de decisão. Ela se refere ao agir (não ao produzir ou fabricar, que é objeto de outra virtude intelectual, chamada *arte* ou *técnica*). Também nesse tema a obra é de atualidade para todos. O Livro VII discorre sobre os vícios gerais, opostos à virtude também em geral, como a incontinência, e antecipa o tema do prazer e da busca do prazer. Os Livros VIII e IX são dedicados à amizade, vista não como produto espontâneo de afeto, de convergência de interesses, mas como verdadeira virtude, isto é, hábito a ser desenvolvido e conquistado. Nele, Aristóteles volta a apresentar sua concepção de vida moral associada à vida política, insistindo, como também o faz na *Política*, que toda espécie de associação e comunidade representa alguma forma de amizade, sem a qual não haveria como viver em comum. Distingue, porém, a amizade em si mesma, que torna a vida valiosa, das amizades qualificadas, que se encontra entre sócios e amantes, e que aquilo que os juristas romanos vão chamar de “*affectio societatis*”. O décimo livro, com o qual se encerra a obra, é uma discussão sobre o prazer e sobre a educação moral dos homens para viverem de forma racional e social, educação para a qual a boa constituição política de um Estado contribui.

Em todos esses livros as repetições são como insistências de Aristóteles naquilo que é mais fundamental: que a ética não é uma ciência contemplativa e descritiva, mas prática, à qual nos dedicamos não

---

b. John Rawls, *A theory of justice* (Oxford: Oxford University Press, 1992), pg. 16.

c. Cf. Marco Zingano, “Introdução”, em *Ethica Nicomachea* V, 1-15: *Tratado da justiça*, Ed. Marco Zingano (São Paulo, SP: Odysseus, 2017), pg. 21 e seguintes.



para conhecer a virtude — como o geômetra conhece o ângulo reto —, mas para nos tornarmos virtuosos — como o marceneiro que “conhece” o ângulo reto para fazer suas obras. Insiste ainda que, dado o caráter natural e essencial do ser humano — político, social e racional (capaz de fala) — as virtudes são realizadas em vidas conscientes e refletidas (racionais) junto com outros seres humanos (política).

A fortuna do livro é longa. Composta no século IV a.C, a obra sofreu, junto com seu autor e seus outros textos, períodos de recepção e de rejeição. A *Ética* foi especialmente divulgada na Europa Ocidental e tornou-se patrimônio não mais esquecido de nossa cultura no século XIII de nossa era, quando foi traduzida do grego para o latim por Robert Grosseteste (1175-1253). Desde então nunca mais deixou de figurar no cânon da filosofia em toda parte. Foi submetida a muita crítica e a muitas apropriações, algumas felizes e outras infelizes. Com o advento da ciência moderna, a partir do século XVII sobretudo, o método da *Ética* foi colocado em dúvida. Em seu lugar penetraram as abordagens empiristas e psicológicas e as explicações causais para a ação humana, de grande influência no século XIX, especialmente no utilitarismo e no sociologismo.

Também em direção diferente de Aristóteles, mas sem aderir ao empirismo utilitarista, foi Immanuel Kant (1724-1804) que, fiel à filosofia moderna do sujeito e da consciência, deslocou a indagação moral da ideia de *bem* — tão fundamental na *Ética* a Nicômacos que serve para abrir o livro e definir sua linha de investigação — para a ideia de *dever*. Foi assim que herdamos duas correntes de filosofia moral: uma *ética das virtudes*, de origem aristotélica, e uma *ética do dever*, de origem kantiana. Mas essas críticas e mudanças na filosofia moral nunca desconsideraram a importância da obra de Aristóteles, que continuou sendo lida e fazendo parte da herança comum da filosofia. No século XX a filosofia do sujeito da modernidade foi confrontada com outras correntes e desse confronto resultou a revalorização da *Ética a Nicômacos*. Boa parte da segunda metade do século XX foi marcada por releituras dessa importante obra, como assinala Enrico Berti<sup>d</sup>.

Hoje, a *Ética* tem especial apelo, por diversas razões. Em primeiro lugar porque no período de transformações pelo qual passamos é

---

d. Enrico Berti, *Aristóteles no século XX*, tradução de Dion D. Macedo (São Paulo, SP: Loyola, 1997).

importante refletir sobre o que fazer e sobre que espécie de vida queremos para nosso futuro. Seja nas estruturas sociais, seja na tecnologia que nos cerca, tudo depende de escolhas. Nenhuma delas será fácil. Nesses termos discussões de filosofia moral ou prática tendem a dominar a esfera pública, mesmo quando tratadas como matéria de ciência e análise política. A ligação expressa e substancial que Aristóteles faz entre política e ética é um bom lugar para explorar as circunstâncias em que nos encontramos. Ela tem ainda uma contribuição importante como crítica ao emotivismo e empirismo que de tantas maneiras se tornou a visão mais corrente e vulgarizada, crítica essa intuída ao final do século XX por diversos autores contemporâneos<sup>e</sup>.

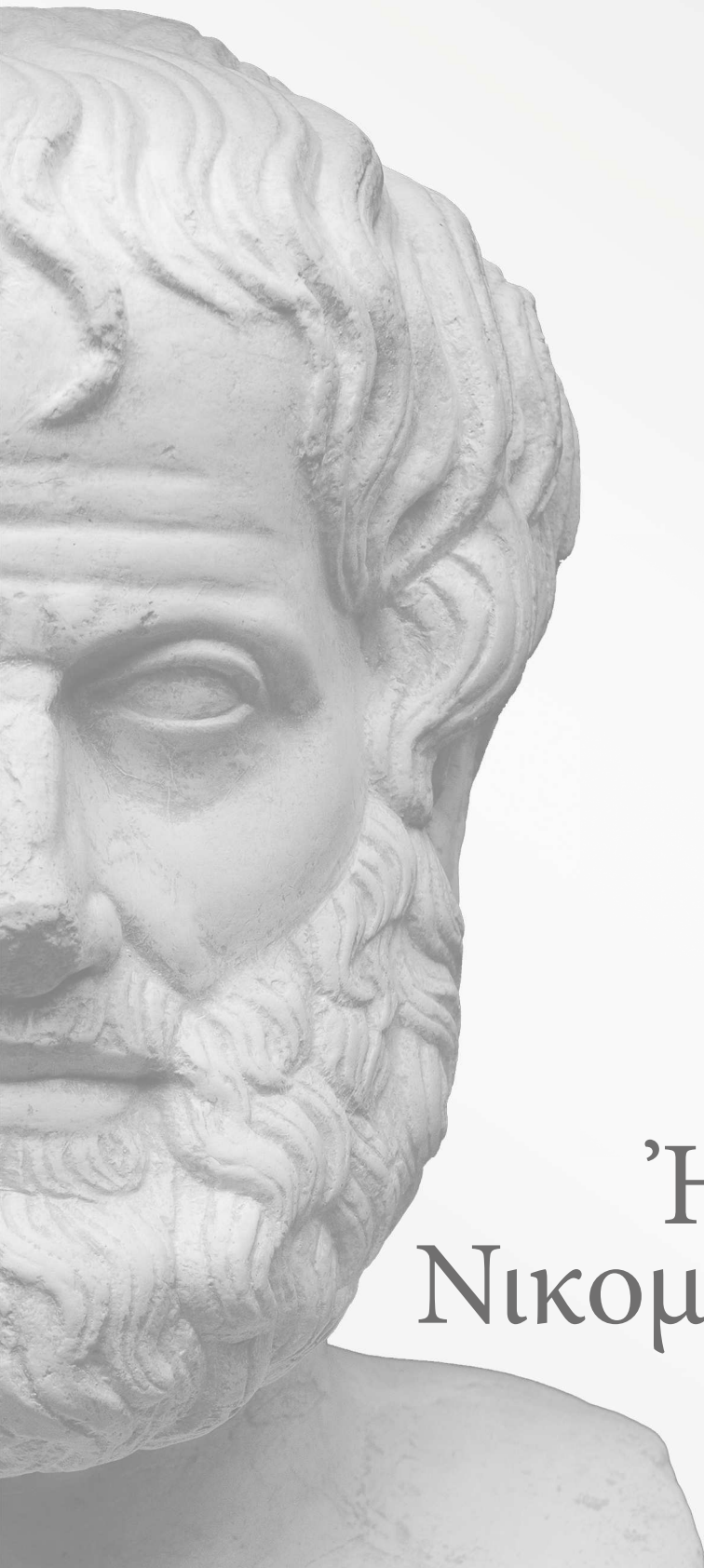
Para os juristas em particular, depois de mais de duzentos anos de domínio de um positivismo afastado, ou pretensamente afastado, da ideia mesma de justiça, ela é importante porque somos levados, querendo ou não, ao campo da discussão do justo, ora sob o nome de princípios, ora sob o nome de direitos fundamentais, ora sob o nome de direitos humanos, ora sob o nome de justiça social, ora sob o nome de opressão, discriminação ou coisas semelhantes. É hoje inevitável discutir temas morais e de justiça no âmbito do direito. Se estivermos preparados tanto melhor; se não, como parece que ainda é o caso, passamos a viver sob o comando de homens, não de leis. A leitura atenta da *Ética a Nicômacos* é ainda um dos melhores exercícios para desenvolvermos nossa habilidade crítica e percepção das relações substantivas e inescapáveis do direito positivo com a moral.

*São Paulo, janeiro de 2020.*

*José Reinaldo de Lima Lopes*  
*Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo*

---

e. Apenas a título de exemplo, lembre-se G. E. Anscombe, "Modern moral philosophy," *Philosophy*, January de 1958: 1-19; Alasdair MacIntyre, *After Virtue* (Notre Dame University Press, 1984); Christine Korsgaard, *Self-constitution: agency, identity and integrity* (Oxford: Oxford University Press, 2013). Textos importantes do século XX sobre a ética aristotélica encontram-se em Marco Zingano, *Sobre a Ética Nicomaqueia de Aristóteles*, ed. Marco Zingano (São Paulo: Odysseus - CNPq, 2010).



Ἠθικὰ  
Νικομάχεια

# Livro VIII

*1. Depois do que já dissemos* cabe-nos examinar a natureza da amizade, pois ela é uma forma de excelência moral ou é concomitante com a excelência moral, além de ser extremamente necessária na vida. De fato, ninguém deseja viver sem amigos, mesmo dispondo de todos os outros bens; achamos até que as pessoas ricas e as ocupantes de altos cargos e as detentoras do poder são as que mais necessitam de amigos; realmente, de que serve a prosperidade sem a oportunidade de fazer benefícios, que se manifesta principalmente e em sua mais louvável forma em relação aos amigos? Ou então, como pode a prosperidade ser protegida e preservada sem amigos? Quanta maior ela for, mais exposta estará aos riscos. E as pessoas pensam que na pobreza e em outros infortúnios os amigos são o único refúgio. Os amigos também ajudam os jovens a evitar os erros, e ajudam as pessoas idosas, amparando-as em suas necessidades e suplementando sua capacidade de ação reduzida pela senilidade. Além disso, os amigos estimulam as pessoas na plenitude de suas forças à prática de ações nobilitantes – “quando dois vão juntos...”<sup>250</sup> – pois com amigos as pessoas são mais capazes de pensar e de agir. Ademais, os progenitores parecem sentir uma afeição natural por sua prole, e a prole pelos progenitores, não somente entre as criaturas humanas mas também entre os pássaros e a maioria dos animais; ela é sentida mutuamente pelas criaturas da mesma raça, e especialmente pelas da raça humana, razão pela qual louvamos as criaturas humanas que amam seus semelhantes. Mesmo quando viajamos para outras terras podemos observar a existência generalizada de uma afinidade e afeição naturais entre as pessoas. A amizade parece também manter as cidades

1155 a

---

250. Homero, *Ilíada*, X, 224.

unidas, e parece que os legisladores se preocupam mais com ela do que com a justiça; efetivamente, a concórdia parece assemelhar-se à amizade, e eles procuram assegurá-la mais que tudo, ao mesmo tempo que repelem tanto quanto possível o facciosismo, que é a inimizade nas cidades. Quando as pessoas são amigas não têm necessidade de justiça, enquanto mesmo quando são justas elas necessitam da amizade; considera-se que a mais autêntica forma de justiça é uma disposição amistosa.

E a amizade não é somente necessária; ela também é nobilitante, pois louvamos as pessoas amigas de seus amigos, e pensamos que uma das coisas mais nobilitantes é ter muitos amigos; além disto, há quem diga que a bondade e a amizade se encontram nas mesmas pessoas.

Mas não poucos aspectos da amizade são objeto de debates. Alguns estudiosos do assunto definem a amizade como uma espécie de semelhança entre as pessoas e dizem que as pessoas semelhantes são amigas – daí vêm os provérbios como “o semelhante encontra seu semelhante”,<sup>251</sup> “gralha para gralha” e assim por diante; outros dizem que “todos são como oleiros diante de oleiros”<sup>252</sup>. Outros tentam achar uma explicação mais profunda e mais física para este sentimento. Eurípides, por exemplo, escreve<sup>253</sup>:

*“A terra seca ama a chuva, e o divino  
céu pleno de chuva ama molhar a terra.”*

1155 b

Heráclitos, em contraste, diz: “Os contrários andam juntos”, “A mais bela harmonia é feita de tons diferentes” e “Tudo nasce do antagonismo”<sup>254</sup>. Outros sustentam um ponto de vista oposto a este, principalmente Empédocles, segundo o qual “o semelhante busca o semelhante”<sup>255</sup>. Podemos deixar de lado os problemas físicos, pois eles não se enquadram na presente investigação; examinemos os problemas relativos ao homem, pertinentes ao caráter e aos sentimentos – por exemplo, se a amizade pode

251. Homero, *Odisseia*, XVII, 218.

252. Reminiscência de Hesíodos, *Os Trabalhos e os Dias*, 25.

253. Fragmento 898, versos 7-8, da coletânea de Nauck.

254. Fragmento 8 da coletânea de Diels-Kranz, *Fragmente der Vorsokratiker*, vol. I, 6a. edição, Berlin, 1951.

255. Vejam-se os fragmentos 90 e 109 da coletânea de Diels-Kranz citada na nota anterior, e Aristóteles, *Metafísica*, 1000b 5.

manifestar-se entre quaisquer pessoas, ou se pessoas más não podem ser amigas, e se há uma única espécie de amizade ou mais de uma. Os estudiosos que pensam que há somente uma forma de amizade porque ela admite uma graduação baseiam-se em indícios inadequados, pois mesmo as coisas de espécies diferentes admitem graduação. Mas esta questão já foi discutida anteriormente<sup>256</sup>.

2. A questão das várias espécies de amizade talvez possa ser esclarecida se antes chegarmos a conhecer o objeto do amor. Parece que nem todas as coisas são amadas, mas somente aquelas que merecem ser amadas, e estas são o que é bom, ou agradável, ou útil; parece, porém, que o útil é aquilo de que resulta algum bem ou prazer, de tal forma que somente o bom e o agradável merecem ser amados como fins. Que será que as pessoas amam: aquilo que é realmente bom, ou o que é bom para elas? Às vezes estas duas coisas são antagônicas, e o mesmo acontece em relação ao agradável. Pensa-se que cada pessoa ama aquilo que é bom para ela, e enquanto o que é realmente bom merece ser amado irrestritamente, o que é bom apenas para uma determinada pessoa merece ser amado apenas por aquela pessoa; mas cada pessoa ama não aquilo que é realmente bom para ela, e sim o que lhe parece bom. Esta circunstância, porém, não fará diferença; teremos simplesmente de dizer que isto é “o que parece digno de ser amado”. Havendo então três motivos pelos quais as pessoas amam<sup>257</sup>, a palavra “amizade” não se aplica ao amor às coisas inanimadas, já que neste caso não há reciprocidade de afeição, e também não haverá o desejo pelo bem de um objeto – por exemplo, seria ridículo desejar o bem de uma garrafa de vinho (no máximo desejaríamos que ela se conservasse bem para podermos tê-la conosco); mas em relação a um amigo dizemos que devemos desejar-lhe o que é bom por sua causa. Entretanto, àqueles que desejam o bem desta maneira atribuímos apenas boas intenções se o desejo não é correspondido; quando há reciprocidade, a boa intenção é a amizade. Ou devemos acrescentar “quando a boa vontade é conhecida por quem é objeto dela?” Com efeito, muitas pessoas têm boa vontade para

256. Não há nas obras conservadas de Aristóteles qualquer passagem que corresponda precisamente a esta remissão.

257. Isto é, o fato de algo ser bom, ou agradável, ou útil; veja-se o início deste capítulo.

1156 a com outras que elas nunca viram, mas que julgam ser boas ou prestativas, e uma destas pode retribuir este sentimento. Estas pessoas parecem ter boa vontade recíproca, mas como poderia alguém qualificá-las de amigas se elas não conhecem seus sentimentos recíprocos? Então, para que as pessoas sejam amigas deve-se constatar que elas têm boa vontade recíproca e se desejam bem reciprocamente por uma das razões mencionadas.

3. Estas razões diferem especificamente entre si, e conseqüentemente as formas correspondentes de amor e amizade também diferem. Há, portanto, três espécies de amizade, em número igual às qualidades que merecem ser amadas, já que uma afeição recíproca, conhecida por ambas as partes, pode basear-se em cada uma das três qualidades, e quando duas pessoas se amam elas desejam bem uma à outra referindo-se à qualidade que fundamenta a sua amizade. Os amigos cuja afeição é baseada no interesse não amam um ao outro por si mesmos, e sim por causa de algum proveito que obtém um do outro. O mesmo raciocínio se aplica àqueles que se amam por causa do prazer; não é por seu caráter que gostamos das pessoas espirituosas, mas porque as achamos agradáveis. Logo, as pessoas que amam as outras por interesse amam por causa do que é bom para si mesmas, e aquelas que amam por causa do prazer amam por causa do que lhes é agradável, e não porque a outra pessoa é a pessoa que amam, mas porque ela é útil ou agradável. Sendo assim, as amizades deste tipo são apenas acidentais, pois não é por ser quem ela é que a pessoa é amada, mas por proporcionar à outra algum proveito ou prazer. Tais amizades se desfazem facilmente se as pessoas não permanecem como eram inicialmente, pois se uma delas já não é agradável ou útil a outra cessa de amá-la. E a utilidade não é uma qualidade permanente, mas está sempre mudando. Portanto, desaparecido o motivo da amizade esta se desfaz, uma vez que ela existe somente como um meio para chegar a um fim. Este tipo de amizade parece existir principalmente entre pessoas idosas (nesta idade as pessoas buscam não o agradável, mas o útil) e, em relação às pessoas que estão em sua plenitude ou aos jovens, entre aquelas que buscam o proveito. Tais pessoas não convivem muito tempo com as outras, pois muitas vezes elas não se acham sequer mutuamente agradáveis, e portanto não necessitam da convivência, a não ser que ela seja mutuamente proveitosa, pois as

duas partes são agradáveis uma à outra somente enquanto elas alimentam reciprocamente esperanças de que alguma coisa boa lhes possa acontecer.

Entre estas amizades se incluem os laços de família e de hospitalidade. Por outro lado, o motivo da amizade entre os jovens parece ser o prazer, pois eles vivem sob a influência das emoções e perseguem acima de tudo o que lhes é agradável e o que está presente; mas seus prazeres mudam à medida que a idade aumenta. É por isto que eles se tornam amigos e deixam de ser amigos rapidamente; sua amizade muda com o objeto que acham agradável, e tal prazer se altera rapidamente. Os jovens também são amorosos, pois a amizade por amor depende principalmente da emoção e aspira ao prazer; é por isto que os jovens se apaixonam e cessam de amar rapidamente, mudando com frequência no mesmo dia. Mas estas pessoas planejam passar juntas os seus dias e suas vidas<sup>258</sup>, pois é assim que elas fruem a sua amizade. A amizade perfeita é a existente entre as pessoas boas e semelhantes em termos de excelência moral; neste caso, cada uma das pessoas quer bem à outra de maneira idêntica, porque a outra pessoa é boa, e elas são boas em si mesmas. Então as pessoas que querem bem aos seus amigos por causa deles são amigas no sentido mais amplo, pois querem bem por causa da própria natureza dos amigos, e não por acidente; logo, sua amizade durará enquanto estas pessoas forem boas, e ser bom é uma coisa duradoura. Cada uma das pessoas neste caso é boa irrestritamente e boa em relação ao seu amigo, pois as pessoas boas são boas irrestritamente e são reciprocamente úteis. E por serem assim, estas pessoas são também agradáveis, pois as pessoas boas são agradáveis irrestritamente e são reciprocamente agradáveis, já que para cada uma delas suas próprias ações e outras semelhantes às suas são um motivo de prazer, e as ações das pessoas boas são idênticas ou parecidas. Tal amizade é logicamente permanente, já que ela combina em si mesma todas as qualidades que os amigos devem ter. Toda amizade, com efeito, é baseada no bem ou no prazer, irrestritamente ou em relação à pessoa que a sente, e se alicerça em uma certa semelhança; e todas as qualidades mencionadas convêm a uma amizade entre pessoas boas, em decorrência da natureza dos próprios amigos, pois no caso desta espécie de amizade

1156 b

258. Esta observação de Aristóteles faz pensar no amor “que seja eterno enquanto dure” de Vinícius de Moraes.



as outras qualidades também<sup>259</sup> são semelhantes em ambos os amigos, e o que é irrestritamente bom é também irrestritamente agradável, e estas qualidades são os principais objetos de afeição. O amor e a amizade, portanto, ocorrem principalmente e em sua melhor forma entre tais pessoas. Mas é natural que estas amizades sejam raras, pois as pessoas deste tipo são poucos. Ademais, amizades desta espécie pressupõem tempo e intimidade; como diz a sabedoria popular, não podemos conhecer as pessoas enquanto elas não tiverem “consumido juntas o sal proverbial”<sup>260</sup>; as pessoas também não poderão manter amizade umas com as outras ou ser realmente amigas enquanto cada uma das partes não houver demonstrado à outra que é digna de amizade e não lhe tiver conquistado a confiança. As pessoas que iniciam rapidamente relações de amizade tem o desejo de tornar-se amigas, mas não serão amigas se ambas não forem dignas de amizade e reconhecerem este fato; realmente, um desejo de amizade pode manifestar-se instantaneamente, mas a amizade não pode.

4. Esta espécie de amizade, então, é perfeita relativamente à duração e a todos os outros aspectos, e nela cada parte recebe da outra em todos os sentidos o mesmo que lhe dá, ou algo muito parecido; e é isto que deve ocorrer entre amigos. A amizade por prazer tem alguma semelhança com esta espécie, pois pessoas boas também são reciprocamente agradáveis. Acontece o mesmo em relação à amizade por interesse, pois as pessoas boas também são reciprocamente úteis. Nestes casos, as amizades são mais duradouras quando os amigos obtêm as mesmas coisas uns dos outros (o prazer, por exemplo), e não somente isto, mas também da mesma fonte, como acontece entre pessoas espirituosas, e não como acontece entre amante e amado. Estes, com efeito, não encontram prazer nas mesmas coisas, mas um se deleita por estar vendo o seu amado, e o outro por estar recebendo atenções de seu amante; e quando acaba o viço da juventude a amizade às vezes também acaba, pois uma das pessoas já não sente prazer em olhar para a outra, e a outra já não recebe as atenções da primeira; por outro lado, muitos amantes são constantes, se a intimidade os levou a amarem o caráter um do outro, sendo ambos parecidos.

1157 a

259. Isto é, absoluta e relativamente boas e agradáveis.

260. Veja-se a *Ética a Éudemos*, 1238a 2: “por isto a pitada de sal se tornou um provérbio”.

As pessoas, porém, que permutam não o prazer mas interesses em sua amizade são menos amigas de verdade e menos constantes. As que são amigas por interesse separam-se quando o proveito está acabando, pois elas não eram amigas uma da outra, e sim do proveito.

Então, quando a amizade é por prazer ou por interesse, mesmo duas pessoas más podem ser amigas, ou então uma pessoa boa e outra má, ou uma pessoa que não é nem boa nem má pode ser amiga de outra de qualquer espécie; mas pelo que são em si mesmas é óbvio que somente pessoas boas podem ser amigas. Na verdade, pessoas más não gostam uma da outra a não ser que obtenham algum proveito recíproco.

E somente a amizade entre pessoas boas é imune à calúnia, pois não é fácil dar crédito ao que diz qualquer um acerca de uma pessoa que foi posta à prova durante muito tempo por quem ouve as palavras caluniosas; além disto, é entre pessoas boas que encontramos a confiança, o sentimento de que uma nunca fará mal à outra e tudo mais que se espera numa amizade sincera. Nas outras espécies de amizade, todavia, nada existe que impeça o aparecimento de suspeitas.

Com efeito, as pessoas chamam de amizade até as relações cujo motivo é o interesse (nesta acepção pode-se dizer que as cidades têm relações amistosas, pois as alianças entre cidades parecem visar a vantagens) e aquelas em que as pessoas se amam por prazer (nesta acepção as crianças também podem chamar-se amigas). Talvez devamos portanto chamar tais pessoas de amigas e dizer que há várias espécies de amizade – primeiro, e na acepção própria, a existente entre pessoas que são amigas por serem boas, e depois, por analogia, as outras espécies; efetivamente, é por causa de algo bom e algo que tenha afinidade com aquilo que se encontra na verdadeira amizade que as pessoas no primeiro caso são amigas, já que para os apreciadores do prazer até o agradável é bom. Mas não é frequente a compatibilização destas duas espécies de amizade, nem as mesmas pessoas se tornam amigas por interesse ou com vistas ao prazer, pois as coisas que combinam apenas acidentalmente não se coadunam com frequência.

Já que a amizade se divide em duas espécies, as pessoas más serão amigas por prazer ou por interesse, porquanto se assemelham sob este aspecto; as pessoas boas, porém, são amigas porque são como são, isto é, por causa de sua bondade. Elas são portanto amigas irrestritamente,

ao passo que as outras são amigas acidentalmente e por analogia com as pessoas boas.

1157 b 5. Acontece no caso da amizade o mesmo que ocorre a respeito da excelência moral: algumas pessoas são chamadas boas em relação a uma disposição de caráter e outras em relação a uma atividade. As pessoas que vivem juntas fruem mutuamente a convivência e se beneficiam reciprocamente, mas quando estão adormecidas ou separadas não exercem as atividades características da amizade, embora sejam capazes de exercê-las; a distância não desfaz absolutamente a amizade, mas somente a atividade. Mas se a ausência é prolongada parece que ela provoca o esquecimento da amizade; é por isto que se diz que “muitas amizades são desfeitas pela ausência”<sup>261</sup>. As pessoas idosas e acrimoniosas não parecem propensas à amizade, pois pouco há nelas de agradável, e ninguém pode passar seus dias com pessoas cuja companhia é constrangedora ou não é agradável, já que a natureza parece evitar mais que tudo o penoso e buscar o agradável. Quando duas pessoas se apreciam mutuamente mas não vivem juntas parecem apenas bem dispostas uma para com a outra e não realmente amigas. Efetivamente, nada é mais característico dos amigos que o desejo de viver juntos (as pessoas necessitadas desejam que os amigos as ajudem, já que estão perto, e até as mais prósperas desejam uma companhia – na verdade, estas são as últimas a optar por uma vida solitária); mas as pessoas não podem conviver se não são mutuamente agradáveis e não apreciam as mesmas coisas, como parece acontecer com os amigos que são companheiros.

A amizade mais sincera, então, é a que existe entre as pessoas boas, como já dissemos muitas vezes<sup>262</sup>, pois aquilo que é irrestritamente bom e agradável parece ser estimável e desejável, e para cada pessoa o bom ou o agradável é aquilo que é bom ou agradável para ela; e uma pessoa boa é desejável e estimável para outra pessoa boa por ambas estas razões. Parece que o amor é uma emoção e a amizade é uma disposição do caráter; de fato, pode-se sentir amor também por coisas inanimadas, mas o amor recíproco pressupõe escolha e a escolha tem origem numa

261. O autor desta frase, que corresponde a “longe dos olhos, longe do coração”, é desconhecido.

262. 1156b 7, 33; 1157a 30, b 4.

disposição do caráter; além disto, desejamos bem as pessoas que amamos pelo que elas são, e não em decorrência de um sentimento, mas de uma disposição do caráter. Gostando de um amigo as pessoas gostam do que é bom para si mesmas, pois a pessoa boa, tornando-se amiga, torna-se um bem para seu amigo. Cada uma das partes, então, ama o seu próprio bem e oferece à outra parte uma retribuição equivalente, desejando-lhe bem e proporcionando-lhe prazer. A propósito, diz-se que a amizade é igualdade, e ambas se encontram principalmente nas pessoas boas.

6. A amizade aparece com menor frequência entre as pessoas acrimoniosas e idosas, porque elas são mal dispostas e menos propensas à sociabilidade, enquanto a boa disposição e a sociabilidade são as principais características e causas da amizade. É por isto que, em contraste com os jovens que se tornam amigos rapidamente, as pessoas idosas não se tornam (as pessoas não se tornam amigas daquelas cuja companhia não lhes agrada); acontece o mesmo com as pessoas acrimoniosas. Mas tais pessoas demonstram boa vontade mutuamente, pois se desejam bem e se ajudam em caso de necessidade; dificilmente, porém, se pode chamá-las de amigas, porquanto elas não passam juntas os seus dias nem sentem prazer na convivência, e estas circunstâncias são consideradas as características mais importantes da amizade. 1158 a

Não se pode ser amigo de muitas pessoas no sentido de manter uma amizade do tipo perfeito com elas, da mesma forma que não se pode amar muitas pessoas ao mesmo tempo (o amor parece uma emoção exacerbada e é de sua natureza ser sentido somente em relação a uma pessoa); e muitas pessoas não podem agradar facilmente a mesma pessoa ao mesmo tempo, ou não podem sequer ser boas aos olhos desta pessoa. Para uma amizade perfeita ambas as partes devem adquirir experiência recíproca e tornar-se íntimas, e isto é muito difícil. Mas pelo prazer ou por interesse é possível que muitas pessoas sejam agradáveis a uma, pois muitas pessoas são úteis e agradáveis, e os benefícios que elas propiciam podem ser fruídos dentro de pouco tempo. Destas duas espécies, a que se baseia no prazer é mais parecida com a amizade quando ambas as partes obtêm reciprocamente os mesmos benefícios e se comparam mutuamente ou com as mesmas coisas, como nas amizades entre jovens; nestas

amizades, com efeito, encontra-se mais a generosidade de sentimentos, ao passo que a amizade por interesse é para as pessoas mercenárias. As pessoas sumamente felizes também não necessitam de amigos úteis, mas necessitam de amigos agradáveis; elas desejam conviver com alguém e, embora possam suportar por um curto período de tempo coisas que causam sofrimento, nenhuma delas poderia resistir-lhes continuamente (nem mesmo ao bem, elas resistiriam sempre, se este as fizesse sofrer); é por isto que elas procuram amigos agradáveis. Talvez elas devessem procurar amigos que, sendo agradáveis, também fossem bons, pois assim eles teriam todas as características que os amigos devem ter.

Parece que os ocupantes de posições de mando têm amigos classificáveis em categorias diferentes; algumas pessoas lhes são úteis e outras lhes são agradáveis, mas raramente a mesma pessoa é ao mesmo tempo útil e agradável; com efeito, tais autoridades não procuram as pessoas cujo dom de agradar seja acompanhado pela excelência moral, nem aquelas cuja utilidade se manifesta com vistas a objetivos nobilitantes; quando estão interessadas em prazeres elas procuram as pessoas espirituosas, e no outro caso elas escolhem pessoas capazes de cumprir habilmente as ordens recebidas, mas o dom de proporcionar prazer e a capacidade de bem cumprir ordens raramente se encontram na mesma pessoa. Já dissemos que as pessoas boas são ao mesmo tempo agradáveis e úteis<sup>263</sup>, mas não se tornam amigas de pessoas superiores a elas quanto à posição, a não ser que também lhes sejam superiores em excelência moral; se não fosse assim, não se estabeleceria a igualdade, já que uma pessoa seria duplamente superior à outra. Mas não é fácil encontrar autoridades superiores aos amigos em ambos os aspectos.

Seja como for, as amizades recém-mencionadas pressupõem igualdade; efetivamente, ambas as partes obtêm os mesmos benefícios e cada uma delas deseja da outra o mesmo bem que lhe concede, ou permuta uma coisa por outra - por exemplo, o prazer por um benefício; já dissemos<sup>264</sup>, entretanto, que tais amizades são menos sinceras e menos duradouras, mas é por sua similitude ou dissimilaridade em relação à mesma coisa que se julga se elas são ou não são amizades. É por sua semelhança em relação à amizade conforme à excelência moral que elas parecem ser espé-

1158 b

---

263. 1156b 13-15, 1157a 1-3.

264. 1156a 16-24, 1157a 20-23.

cies de amizade (com efeito, uma delas pressupõe prazer e a outra interesse, e estas características também convêm à amizade conforme à excelência moral); mas é porque a amizade conforme à excelência moral é à prova de calúnias e é duradoura, enquanto as outras espécies de amizade mudam rapidamente (além de diferirem da primeira em muitos aspectos), que elas não parecem constituir espécies verdadeiras de amizade, ou seja, por causa de sua dissimilaridade com a amizade conforme à excelência moral.

7. Mas há outra espécie de amizade, na qual existe superioridade de uma das partes, por exemplo, a amizade entre pai e filho e em geral a amizade entre as pessoas idosas e as pessoas jovens, e a amizade entre marido e mulher e em geral entre quem manda e quem obedece. Estas espécies de amizade diferem também entre si; realmente, a amizade entre pai e filho e a amizade entre quem manda e quem obedece não são da mesma espécie; tampouco a existente entre pai e filho e a existente entre filho e pai são idênticas, nem a existente entre marido e mulher é idêntica à existente entre mulher e marido. As formas de excelência moral implícitas nestas espécies e suas respectivas funções são diferentes, do mesmo modo que são diferentes as razões pelas quais as várias pessoas envolvidas são amigas. Nestas diferentes espécies de amizade, então, os benefícios que cada parte recebe e pode pretender da outra não são os mesmos da outra; quando os filhos dão aos pais aquilo que devem dar a quem lhes proporcionou a existência, e os pais dão o que devem dar aos seus filhos, a amizade entre tais pessoas é duradoura e equitativa. Em todas as espécies de amizade nas quais está implícita a desigualdade, o amor também deve ser proporcional, isto é, o amor que a parte melhor recebe deve ser maior que o amor que ela dá, e portanto ela deve ser mais útil; ocorre o mesmo em relação a cada um dos outros casos, pois quando o amor é proporcional ao merecimento das partes configura-se de certo modo a igualdade<sup>265</sup>, que é considerada um componente essencial da amizade.

Mas a igualdade não aparece sob a mesma forma na esfera de ação da justiça e na amizade; com efeito, na esfera da justiça o que é igual no sentido primordial é aquilo que é proporcional ao merecimento, enquanto a igualdade quantitativa é secundária, mas na amizade a igual-

265. A igualdade proporcional de que Aristóteles trata no livro V.

dade quantitativa é primordial e a proporcionalidade ao merecimento é secundária. Esta afirmação se torna mais evidente quando há um grande desequilíbrio entre as partes em relação à excelência moral ou à deficiência moral ou à riqueza ou a qualquer outra coisa; nestas condições, elas já não são amigas e nem sequer esperam sê-lo. Esta circunstância é mais evidente no caso dos deuses, pois eles nos superam da maneira mais cate-  
 1159 a górica em tudo. Mas isto é igualmente claro no caso dos reis; em relação a eles, também, os homens que lhes são mais acentuadamente inferiores não esperam ser seus amigos; tampouco os homens sem qualquer valor esperam ser amigos das pessoas melhores e mais sábias. Em tais casos não é possível definir exatamente até que ponto as pessoas podem permanecer amigas, pois embora possam faltar muitas coisas a amizade pode continuar; mas quando uma das partes se distancia excessivamente da outra, como acontece com os deuses, já não pode haver amizade. Isto nos leva a perguntar se desejamos realmente os maiores bens aos nossos amigos – por exemplo, que eles sejam deuses, pois neste caso, já não seríamos seus amigos e portanto não seríamos um bem para eles (com efeito, os amigos são um bem). A resposta seria que se estávamos certos ao dizer que um amigo deseja bem ao amigo por causa deste<sup>266</sup>, seu amigo deveria continuar a ser a mesma criatura que é, independentemente do que ela viesse a ser; portanto, é somente ao amigo enquanto ele for um ser humano que desejaremos os maiores bens. Mas talvez não lhe desejemos todos os bens maiores, pois cada pessoa deseja o bem principalmente a si mesma.

8. A maioria das pessoas, por causa de sua ambição, parece que prefere ser amada a amar, e é por isto que a maioria gosta de ser adulada; efetivamente, o adulator é um amigo de qualidade inferior, ou que tem a pretensão de ser amigo e quer estimar mais do que ser estimado; ser estimado é quase a mesma coisa que receber honrarias, e é a estas que a maioria das pessoas aspira. Mas parece que a maioria das pessoas escolhe as honrarias não por si mesmas, e sim acidentalmente. Tais pessoas gostam de ser distinguidas pelos detentores do poder, embaladas por suas esperanças (elas pensam que se necessitarem de alguma coisa a obterão destas autoridades, e por isto se regozijam com as honrarias como um prenúncio

---

266. 1155b 31.

de favores futuros); ao contrário, as pessoas que desejam honrarias vindas de homens bons e de homens que sabem, têm o objetivo de confirmar sua própria opinião sobre si mesmas; elas se regozijam com honrarias, portanto, porque creem em sua própria bondade e na capacidade de julgamento de quem lhes faz elogios. Por outro lado, as pessoas se regozijam pelo fato de ser amadas em decorrência de seus próprios méritos; por isto, ser amado parece melhor do que receber honrarias, e a amizade parece desejável por si mesma. Mas a amizade parece consistir mais em amar do que em ser amado, e a prova disto é o enlevo que as mães sentem em sua amizade pelos filhos; de fato, algumas mães confiam seus filhos a amas para ser criados, e embora sabendo onde eles estão e amando-os, elas não procuram ser amadas em retribuição (se não podem amar e ser amadas ao mesmo tempo); elas parecem satisfeitas vendo os filhos crescerem em boas condições, e os amam mesmo que eles, por ignorar quem é a sua mãe, nada lhes deem do que é devido às mães. Já que a amizade depende mais de amar do que de ser amado, e são as pessoas que amam seus amigos que são louvadas, amar parece ser uma característica da excelência moral dos amigos, de tal forma que somente as pessoas em que tal característica está presente na medida certa são amigas constantes, e somente sua amizade é duradoura.

É desta maneira, mais que de qualquer outra, que até pessoas desiguais podem ser amigas, pois assim elas podem ser igualizadas. A amizade, com efeito, pressupõe igualdade e semelhança<sup>267</sup>, especialmente a semelhança daquelas pessoas que se assemelham em excelência moral; sendo constantes em si mesmas, elas são reciprocamente constantes, e nem pedem nem prestam serviços degradantes; ao contrário, pode-se dizer que uma afasta a outra do mal, pois não errar e não deixar que seus amigos errem é uma característica das pessoas boas. Mas as pessoas moralmente deficientes não têm constância (na realidade, elas não permanecem sequer semelhantes a si mesmas); sua amizade é efêmera porque elas se comprazem mutuamente em sua deficiência moral. A amizade entre amigos úteis e agradáveis dura mais, ou seja, dura enquanto os amigos se proporcionam mutuamente prazeres ou vantagens. A amizade por interesse parece a mais

1159 b

267. Igualdade *política* (amizade entre iguais – entre concidadãos, por exemplo), e semelhança *intelectual e moral*. A semelhança introduz o fator “mérito” no conceito aristotélico de justiça, que é tratar desigualmente pessoas de mérito desigual. Vejam-se 1159b 3 e *Política*, 1279a 9, além de Louis Gernet, *Recherches sur le Développement de la Pensée Juridique et Morale en Grèce*, Paris, 1917 (páginas 457 e seguintes).



fácil de existir entre pessoas de condições contrárias – por exemplo, entre uma pessoa pobre e outra rica, ou entre uma pessoa ignorante e outra culta, pois as pessoas almejam efetivamente aquilo que lhes falta e se dispõem a dar alguma coisa em retribuição. Também se pode incluir nesta classe a amizade entre a pessoa que ama e a que é amada, e entre uma pessoa bela e uma feia. É por isto que os amantes às vezes parecem ridículos, quando pedem para ser amados tanto quanto amam; se se trata de pessoas igualmente dignas de ser amadas, sua pretensão talvez possa justificar-se, mas se elas não têm atrativo algum parecem ridículas. Talvez as pessoas de condições contrárias nem sequer se desejem por sua própria natureza, mas apenas acidentalmente, já que o desejo é pelo meio termo; de fato, bom é o meio termo, ou seja, o bom para o seco não é tornar-se molhado demais<sup>268</sup>, e sim ficar no estado intermediário, e o mesmo acontece com o quente e com todos os outros estados. Mas deixemos estas questões de lado, pois elas são de certo modo estranhas à nossa investigação.

9. Como dissemos no início<sup>269</sup>, a amizade e a justiça parecem relacionar-se com os mesmos objetos e manifestar-se entre as mesmas pessoas. Realmente, parece que em todas as formas de associação encontramos alguma forma peculiar de justiça e também de amizade; nota-se pelo menos que as pessoas se dirigem como amigas aos seus companheiros de viagem e aos seus camaradas de serviço militar, tanto quanto aos seus parceiros em qualquer outra espécie de associação. Mas a extensão de sua amizade é limitada ao âmbito de sua associação, da mesma forma que a extensão da existência da justiça entre tais pessoas. O provérbio “os bens dos amigos são comuns” é a expressão da verdade, pois a amizade depende da participação. Os irmãos e os membros de uma confraria têm tudo em comum, mas as outras pessoas às quais nos referimos têm somente certas coisas em comum – algumas mais, outras menos – pois nas amizades também há maior ou menor intensidade. As reivindicações de justiça em relação à amizade também diferem; os deveres dos pais para com os filhos e os dos irmãos entre si não são idênticos, nem aqueles dos membros de uma confraria e os dos cidadãos em geral, e da mesma forma

1160 a

---

268. Veja-se 1155b 3.

269. 1155a 22-28.

com as demais espécies de amizade. Também há uma diferença, portanto, entre os atos que são injustos em relação a cada uma destas classes de parceiros, e a injustiça é mais grave quando é praticada em relação àqueles que são amigos num sentido mais amplo (por exemplo, é mais grave lesar um companheiro de confraria do que um cidadão qualquer, é mais grave não ajudar um irmão que um estranho, é mais grave ferir um pai que qualquer outra pessoa). As reivindicações de justiça também parecem aumentar com a intensidade da amizade, e isto significa que a amizade e a justiça existem entre as mesmas pessoas e têm uma extensão igual.

Todas as formas de associação são como se fossem partes da comunidade política; efetivamente, os homens empreendem uma viagem juntos com o intuito de obter alguma vantagem e de obter alguma coisa de que necessitam para viver; e é com vistas a vantagens para seus membros que a comunidade política parece ter-se organizado originariamente e ter-se perpetuado, pois o objetivo dos legisladores é o bem da comunidade, e eles qualificam de justo aquilo que é reciprocamente vantajoso. As outras formas de associação visam a vantagens parciais – os marinheiros visam ao que é vantajoso numa viagem em termos de ganhar dinheiro ou obter algo do mesmo gênero, os soldados visam ao que é vantajoso na guerra, quer se trate de riquezas resultantes de saques, quer de vitórias ou da captura de uma cidade que desejam ocupar, e os membros das tribos e dos povoados agem de maneira idêntica (algumas associações parecem originar-se com o objetivo de proporcionar satisfação aos seus membros – por exemplo, as associações para fins religiosos e para repastos coletivos, que existem respectivamente para a realização de festas dedicadas aos deuses e para a convivência social<sup>270</sup>; mas todas elas parecem subordinar-se à comunidade política, pois aparentemente não visam a vantagens temporárias, mas ao que é vantajoso para a vida como um todo), oferecendo sacrifícios e promovendo reuniões relacionadas com os mesmos, cultuando os deuses e proporcionando entretenimento aos seus componentes. A propósito, parece que as antigas cerimônias religiosas e reuniões se realizavam depois da colheita, como se se tratasse de uma oferenda de primícias, pois aquela era a época do ano em que as pessoas podiam dedicar-se mais ao lazer. Todas as formas de associação, portanto, parecem constituir partes da co-

270. Respectivamente o *thíasos* e o *éranos*. Este longo parêntese parece a interpolação de uma versão paralela.

munidade política, e as espécies particulares de amizade correspondem às espécies particulares de associações em que elas se originam.

1160 b **10.**<sup>271</sup> Há três formas de governo e um número igual de desvios, ou perversões, por assim dizer, destas formas. Elas são a monarquia, a aristocracia, e em terceiro lugar a que se baseia na qualificação pelos bens possuídos, que parece adequado chamar de democracia, embora a maioria das pessoas lhe dê o nome de governo constitucional. A melhor delas é a monarquia e a pior é a timocracia. O desvio da monarquia é a tirania; ambas são formas de governo de um único homem, mas há uma enorme diferença entre elas, pois o tirano visa à sua própria vantagem enquanto o rei visa à vantagem de seus súditos. Um governante não é um rei se não se basta a si mesmo e se não sobrepuja seus súditos em relação a todos os bens, e um homem desta espécie não necessita de coisa alguma; portanto ele não terá em vista seus próprios interesses, e sim os de seus súditos, pois um rei que não for assim será como um rei escolhido por sorteio<sup>272</sup>. Quanto à tirania, ela é exatamente o contrário disto; o tirano cuida apenas de seu próprio bem. É claro que a tirania é o pior desvio em relação à monarquia. Mas o pior é o contrário do melhor<sup>273</sup>. A monarquia degenera em tirania, pois esta é a espécie má do governo de um único homem e o mau rei se torna um tirano. A aristocracia degenera em oligarquia pela maldade dos governantes, que distribuem contrariamente à equidade os bens da cidade – todas as boas coisas, ou a sua maior parte, ficam para os próprios governantes, e as funções de governo são atribuídas sempre às mesmas pessoas, dando-se importância preponderante à riqueza; desta forma os governantes são poucos e maus, em vez de serem os melhores entre todos os homens. A timocracia degenera em democracia; estas duas formas de governo têm afinidades, pois o ideal da timocracia é ser um governo da maioria, e todos os cidadãos qualificados pelos bens possuídos são considerados iguais. De todos os desvios a democracia é o menos mau, pois no seu caso a nova forma de governo é apenas um ligeiro desvio da forma

271. A primeira parte deste capítulo é um resumo sumaríssimo do livro V da *Política*, com algumas variações, como se fosse o seu embrião.

272. Ou seja, um rei apenas no nome.

273. Logo, a monarquia deve ser a melhor forma de governo.

primitiva. São estas as mudanças mais frequentes nas formas de governo, porque tais mudanças são as transições menos acentuadas e mais fáceis.

Alguém pode achar semelhanças, e por assim dizer modelos das várias formas de governo, na própria estrutura familiar. Realmente, a associação de um pai com seus filhos apresenta a forma da monarquia, porquanto o pai cuida de seus filhos; é por isto que Homero chama Zeus de “pai”<sup>274</sup>. O ideal da monarquia é ser um governo paternal, mas entre os persas a autoridade de um pai é tirânica, pois eles se servem de seus filhos como de escravos. A autoridade de um senhor sobre seus escravos também é tirânica, pois neste caso o objetivo da associação é a vantagem do senhor. Então esta parece ser uma forma correta de autoridade, mas o tipo persa é degenerado, pois os modos de exercício da autoridade apropriados a relações diferentes são também diferentes. A associação de marido e mulher parece aristocrática, pois o marido exerce a autoridade com fundamento em seu mérito e nos assuntos em que um homem deve ter autoridade, mas os assuntos pertinentes a uma mulher ele entrega à sua mulher. Se o marido exerce autoridade em todos os assuntos a relação passa a ser uma oligarquia, pois procedendo assim ele não está agindo com fundamento em seu mérito, e não está governando por causa de sua superioridade. Às vezes, porém, as mulheres exercem a autoridade, quando são herdeiras; neste caso sua autoridade não é exercida em função de sua excelência moral, mas por causa da riqueza ou da ascendência, como acontece nas oligarquias. A associação de irmãos é como se fosse uma timocracia, pois eles são iguais, à exceção da diferença de idade; entretanto, se a diferença de idade é excessiva entre os irmãos a amizade entre eles já não é do tipo fraternal. A democracia aparece principalmente nas famílias sem um chefe (nestas todos os membros são iguais), e naquelas cujo chefe é fraco e onde cada membro age como lhe apraz.

1161 a

**11.** Em cada uma destas formas de governo parece existir amizade entre governantes e governados, na mesma proporção em que existe justiça. A amizade entre um rei e seus súditos depende do vulto dos benefícios feitos, pois um rei faz bem aos seus súditos se, sendo um homem bom, ele cuida dos súditos visando ao bem destes, como um pastor faz com seu

274. Por exemplo, na *Ilíada*, I, 505.

rebanho (por isto Homero chamou Agamêmnon “pastor de povos”<sup>275</sup>). A amizade paterna também é deste gênero, embora ela exceda a outra no vulto dos benefícios feitos; o pai é responsável pela existência de seus filhos, o que se considera o maior de todos os bens, e por sua subsistência e educação. Estas incumbências também são atribuídas aos ancestrais<sup>276</sup>. Além disto, um pai tende naturalmente a exercer a autoridade sobre seus filhos, os ancestrais sobre seus descendentes, e um rei sobre seus súditos. Estas espécies de amizade pressupõem superioridade de uma das partes sobre a outra, e é por isto que os ancestrais são distinguidos. Portanto, a justiça existente entre pessoas relacionadas umas com as outras desta maneira não é a mesma para ambos os lados, mas em cada caso ela é proporcional ao mérito (isto também é verdadeiro em relação à amizade). A amizade entre o marido e a mulher, por seu turno, é da mesma espécie da que se manifesta na aristocracia; ela é conforme à excelência – os melhores obtêm um quinhão maior daquilo que é bom, e cada um obtém aquilo que merece; o mesmo se aplica à justiça nestas relações. A amizade entre irmãos é semelhante à existente entre os membros de uma confraria, pois eles são iguais e estão na mesma faixa etária, e tais pessoas são em sua maior parte semelhantes em seus sentimentos e em seu caráter. A amizade consentânea com o governo democrático também é parecida com esta, pois em tal forma de governo o ideal é que os cidadãos sejam iguais e equitativos; por via de consequência, o governo é exercido alternadamente e em condições iguais; a amizade neste caso também será fundada na igualdade.

Mas nas formas degeneradas de governo a amizade, tanto quanto a justiça, praticamente não existe, e ela existe ainda menos na pior das formas de governo – a tirania –, onde há um mínimo de amizade, ou mesmo nenhuma, entre governante e governados. Numa forma de governo na qual os que mandam e os que obedecem nada têm em comum, não há tampouco amizade, já que não há justiça; é como na relação entre o artífice e a ferramenta, entre a alma e o corpo, entre o senhor e o escravo; o segundo elemento em cada par é beneficiado por aquele que o usa, mas não há amizade e justiça em relação a coisas inanimadas. Tampouco existe amizade em relação a um cavalo ou a um boi, ou a um escravo enquanto escravo,

275. Por exemplo, na *Ilíada*, II, 243.

276. Subentenda-se: aos ancestrais sobreviventes ao pai, no caso da morte deste.

pois as duas partes nada têm em comum; o escravo é uma ferramenta viva, e a ferramenta é um escravo sem vida. Não pode portanto haver amizade em relação a um escravo enquanto escravo, embora possa haver amizade em relação a um escravo como criatura humana; de fato, parece haver lugar para alguma justiça nas relações entre uma pessoa livre e qualquer outro ser humano, desde que este último possa participar do sistema legal e ser parte em um contrato; logo, pode haver também amizade em relação a um escravo em sua qualidade de ser humano. Consequentemente, mesmo nas tiranias há uma margem mínima para a amizade e a justiça, mas nas democracias estas existem com intensidade muito maior, pois onde os cidadãos são iguais eles têm muitas coisas em comum.

1161 b

12. Em cada forma de amizade, então, está implícita uma forma de associação, como já dissemos<sup>277</sup>. Pode-se pôr de lado, todavia, a amizade entre parentes e entre membros de uma confraria. A amizade entre concidadãos, membros da mesma tribo, companheiros de viagem e outras do mesmo gênero se assemelham mais a meras formas de amizade dentro de associações, pois elas parecem basear-se em uma espécie de pacto. Juntamente com estas últimas formas de amizade podemos classificar a amizade nas relações de hospitalidade.

A própria amizade entre parentes, embora seja à primeira vista de muitas espécies, parece ser em todos os casos uma projeção da amizade dos progenitores, porquanto os pais amam seus filhos como sendo uma parte de si mesmos, e os filhos amam seus pais porque se originaram deles. Os pais também conhecem sua prole com certeza maior que a dos filhos quanto aos seus pais, e os progenitores sentem que a prole é sua com certeza maior do que a da prole quanto à identidade de seus progenitores; com efeito, o produto pertence ao produtor (por exemplo, um dente, ou o cabelo, é da pessoa à qual ele pertence), mas o produtor não pertence ao produto, ou pertence em grau menor. E a afeição dos pais também excede a de seus filhos em duração, já que os pais amam seus filhos desde o momento em que estes nascem, mas os filhos começam a amar seus pais somente após um certo lapso de tempo e depois de terem adquirido conhecimento ou no mínimo capacidade de percepção através dos sentidos. Estas consi-

277. 1159b 29-32.

derações evidenciam também a razão pela qual o amor das mães por seus filhos é maior que o dos pais. Os pais, portanto, amam seus filhos como a si mesmos (pelo fato de terem adquirido uma existência separada da existência dos pais os filhos são uma espécie de nova encarnação dos pais), enquanto os filhos amam seus pais por terem nascido deles, e os irmãos se amam por terem nascido dos mesmos pais, pois sua identidade com os pais os torna idênticos entre si (é por isto que se fala em “ser do mesmo sangue”, “da mesma cepa”, etc.). Os irmãos são portanto de certo modo o mesmo ser, embora em indivíduos separados. Mas a amizade entre irmãos é grandemente fomentada por sua criação em comum e pela similaridade de idade (“dois da mesma idade concordam” e “pessoas criadas juntas tendem a ser companheiras”); por isto a amizade de irmãos tem afinidades com a de companheiros. Os primos e outros parentes são ligados entre si por descenderem de irmãos, ou seja, por descenderem dos mesmos ancestrais; eles se tornam mais ou menos ligados conforme a proximidade ou distância de seus ancestrais comuns.

A amizade dos filhos para com os pais, como a devoção dos homens pelos deuses, é a amizade por aquilo que é bom e superior, pois os pais proporcionam os maiores benefícios aos filhos, sendo os responsáveis por sua existência e por sua subsistência, bem como por sua educação desde o nascimento; este tipo de amizade também proporciona prazer e benefícios, mais do que a de estranhos, já que neste caso as pessoas vivem mais em comum. A amizade entre irmãos tem as características que se observam também na amizade entre companheiros (especialmente quando estes são bons), e de um modo geral na amizade entre pessoas semelhantes entre si, principalmente porque há maior compatibilidade entre irmãos e porque eles começam a amar-se praticamente desde o nascimento, e ainda porque há maior afinidade de caráter entre as pessoas nascidas dos mesmos progenitores e criadas juntas e educadas de maneira idêntica; além disto, elas foram submetidas durante um período mais longo, e mais intensamente, à prova do tempo.

Entre outros parentes as relações de amizade variam proporcionalmente à proximidade do parentesco<sup>278</sup>. A amizade entre marido e mulher parece existir por natureza; de fato, o homem é naturalmente propenso

278. Literalmente: variam de maneira análoga.

a acasalar-se, mais ainda do que a constituir cidades, porque o lar preexiste à cidade e é mais necessário que ela, e o instinto de procriação é comum ao homem e aos animais irracionais com maior intensidade que os outros. No caso dos outros animais a união se estende somente até a procriação, mas os seres humanos vivem juntos não apenas por causa da procriação mas também para prover as várias necessidades da vida; desde o início<sup>279</sup> as funções são divididas, e as do homem e da mulher são diferentes; desta forma eles se ajudam mutuamente, pondo seus dons particulares num fundo comum. É por isso que tanto a utilidade quanto o prazer parecem estar presentes nesta espécie de amizade. Mas esta amizade pode fundar-se também na excelência moral, se as duas partes são boas, pois cada uma delas tem sua própria forma de excelência moral, e isto pode contribuir para a satisfação de ambas. Os filhos podem ser um bom vínculo entre marido e mulher (tanto é assim que os casais sem filhos se separam com maior facilidade); na verdade, os filhos são um bem comum a ambas as partes, e o que lhes é comum as mantêm juntas.

A questão de saber como o marido e a mulher, e de um modo geral os amigos, devem tratar-se reciprocamente, parece ser nada mais nada menos que a de saber como eles devem tratar-se para serem reciprocamente justos; de fato, os deveres não parecem ser os mesmos nas relações entre amigos, entre estranhos, entre companheiros e entre discípulos.

**13.** Há três espécies de amizade, como dissemos de início<sup>280</sup>, e em relação a cada uma delas algumas pessoas são amigas em igualdade de condições e em outras são amigas numa situação de superioridade de uma das partes em relação à outra, pois não são apenas as pessoas igualmente boas que podem ser amigas, mas uma pessoa melhor pode ser amiga de uma pior; da mesma forma, nas amizades por prazer ou por interesse os amigos podem ser iguais ou desiguais nos benefícios que se proporcionam; sendo assim, as pessoas iguais devem efetuar a necessária igualização dos benefícios numa base de igualdade no amor e em tudo mais, enquanto no caso de pessoas desiguais a parte inferior deve oferecer uma retribuição proporcional à superioridade da outra parte. Queixas

1162 b

279. Isto é, desde a procriação.

280. 1156a 7.



e recriminações aparecem somente, ou principalmente, na amizade por interesse, e com boas razões; com efeito, as pessoas amigas com base na excelência moral mostram-se ansiosas por fazer bem umas às outras (isto é característico tanto da excelência moral quanto da amizade), e entre pessoas que se anulam reciprocamente neste procedimento não pode haver queixas ou querelas; pessoa alguma é ofendida por outra que a ama e lhe faz bem – ao contrário, a “vingança” de uma pessoa de bons sentimentos é fazer bem à outra. Uma pessoa que supera outra nos benefícios que lhe proporciona não se queixará de seu amigo, já que obtém aquilo que deseja, e o que todas as pessoas desejam é o bem. As queixas não aparecem com frequência nas amizades por prazer, pois ambas as partes obtêm simultaneamente aquilo que desejam, se lhes é agradável passar o seu tempo juntas, e neste caso uma pessoa que se queixasse de que a outra não lhe proporciona prazer pareceria até ridícula, pois ela não é obrigada a passar os seus dias com a outra.

Mas a amizade por interesse dá sempre margem a queixas; efetivamente, como as pessoas neste caso se aproximam visando aos seus próprios interesses elas querem sempre obter vantagens maiores, e sempre pensam que estão obtendo menos do que aquilo que lhes é devido; elas censuram os seus parceiros alegando que não obtêm tudo que querem e merecem, e a parte que neste caso esta fazendo bem à outra não é capaz de fazer tanto quanto a parte beneficiada deseja.

Aparentemente, da mesma forma que há duas espécies de justiça – uma não-escrita e outra definida por lei – a amizade por interesse pode ter fundamentos morais ou legais. Por isto, as queixas aparecem principalmente quando as pessoas não desfazem a ligação dentro do espírito do mesmo tipo de amizade que prevalecia na época em que elas a iniciaram. O tipo legal é o estabelecido mediante condições pré-determinadas<sup>281</sup>; sua variante puramente comercial se baseia na retribuição imediata, enquanto a variante mais liberal prevê uma tolerância quanto ao prazo para a retribuição, mas estipula as obrigações recíprocas de maneira bem definida. Nesta variante as obrigações são claras e sem ambiguidades, mas a tolerância lhes dá um caráter amistoso, e por isto em algumas cidades não são

281. A inclusão deste tipo de relacionamento na classificação de Aristóteles evidencia a amplitude de seu conceito de amizade.

permitidas ações judiciais com fundamento em tais acordos, pois se pensa que as pessoas que chegam a um acordo na base da confiança recíproca devem arcar com as consequências. O tipo moral não estipula condições predeterminadas; os presentes são dados ou os serviços são prestados como se fossem a um amigo, embora a pessoa que dá espere uma retribuição equivalente ou ainda maior, como se não se tratasse de um presente e sim de um empréstimo; se no momento em que a ligação for desfeita a pessoa que deu estiver numa situação pior do que quando ela foi iniciada, a pessoa que deu se queixará. Isto acontece porque todos os homens, ou a sua maioria, desejam o que é nobilitante mas escolhem o que é vantajoso, ao passo que é nobilitante fazer bem sem esperar retribuição; mas a vantagem está em receber os benefícios.

Cumpre portanto, se for possível, oferecer uma retribuição equivalente ao que se recebe, pois não é desejável a amizade de uma pessoa que não está propensa a retribuir favores; num caso como este, devemos reconhecer que estávamos enganados de início e que recebemos um benefício de uma pessoa de quem não deveríamos tê-lo aceito, já que ela não era amiga, nem de uma pessoa que o fez apenas por agir assim, e devemos encerrar a ligação como se tivéssemos sido beneficiados mediante condições preestabelecidas. De fato, deveríamos concordar em retribuir de acordo com as condições preestabelecidas, se pudéssemos (se não pudéssemos, a própria pessoa que nos concedeu o benefício não contaria com a retribuição); logo, se for possível deveremos retribuir. Mas desde o início temos de estudar a pessoa pela qual estamos sendo beneficiados e em que condições ela está agindo, a fim de vermos se podemos aceitar o benefício mediante tais condições, ou se seria preferível recusá-lo. 1163 a

Discute-se se devemos medir um benefício por sua utilidade para quem o recebe e fazer a retribuição tendo em vista esta circunstância, ou se devemos medi-lo pela beneficência de quem o faz. Com efeito, as pessoas que recebem o benefício dizem que receberam de seus benfeitores algo que pouco custou a estes e que elas poderiam ter recebido de outrem, minimizando assim o benefício; ao contrário, a pessoa que faz o benefício diz que este é o máximo que ela podia fazer, e que o beneficiário não poderia tê-lo obtido de outrem, e que o benefício foi feito em uma ocasião de perigo ou em outra emergência semelhante. Então, se a ami-

zade é daquelas que visam ao interesse, seguramente a vantagem para o beneficiário é a medida. Com efeito, é a pessoa interessada no benefício que o pleiteia, e a outra a ajuda na presunção de que irá receber uma retribuição equivalente; logo, a assistência terá sido exatamente tão grande quanto a vantagem do beneficiário, e portanto sua retribuição deverá ser tão grande quanto aquilo que ele recebeu, ou ainda maior (isto seria mais nobilitante). Por outro lado, nas amizades alicerçadas na excelência moral não sobrevêm queixas; a medida do benefício parece ser a intenção de quem o faz, já que o fator predominante na excelência moral e no caráter é a intenção.

1163 b 14. Também ocorrem divergências nas amizades baseadas na superioridade de uma das partes em relação à outra; cada parte espera obter nelas mais que a outra, mas quando isto acontece a amizade se desfaz. Não somente a pessoa melhor pensa que deve obter mais, já que deve ser atribuído mais a uma pessoa boa, como a pessoa mais útil espera o mesmo; esta última diz que uma pessoa inútil não deve obter tanto quanto a útil, pois estaríamos diante de um ato de caridade se aquilo que uma pessoa recebe pelos benefícios feitos não corresponde ao valor de tais benefícios. De fato, pensa-se que deveria acontecer na amizade o mesmo que ocorre numa parceria comercial, onde aqueles que entram com mais dinheiro devem sair com mais lucro. Mas as pessoas inferiores ou necessitadas têm pretensões opostas a estas; elas pensam que compete a um bom amigo ajudar os amigos necessitados; de que vale sermos amigos de uma pessoa boa ou poderosa, dizem elas, se nada obtemos com isto?

Parece então que cada parte está certa quanto às suas pretensões, e que cada uma deve obter mais em função da amizade do que a outra, mas não mais da mesma coisa; a pessoa superior deve obter mais honorarias e a inferior mais proveito, pois as honorarias são o prêmio da excelência moral e da beneficência, enquanto o proveito é a recompensa da inferioridade.

Parece acontecer o mesmo também na vida pública; as pessoas que não contribuem com qualquer coisa boa para o bem da comunidade não são distinguidas com honorarias, pois o que é da alçada da comunidade é dado às pessoas que a beneficiam e as honorarias são da alçada

da comunidade. Não é possível obter da comunidade ao mesmo tempo riqueza e honrarias, pois ninguém se contenta em obter o menor quinhão de tudo; portanto, às pessoas que perdem em termos de riqueza são atribuídas honrarias, e às que estão ansiosas por ganhar dinheiro é oferecido o dinheiro, já que a proporcionalidade em relação ao mérito igualiza as partes e preserva a amizade, como dissemos<sup>282</sup>.

Este princípio deve regular também as relações entre amigos desiguais; o amigo beneficiado a respeito de riqueza ou excelência moral deve retribuir com honrarias, concedendo todas as que puder. Com efeito, a amizade exige das pessoas que façam tudo que podem, e não apenas o que devem; nem sempre isto pode ser feito – por exemplo, no caso da reverência para com os deuses ou os pais, pois ninguém poderia jamais oferecer-lhes uma retribuição equivalente ao que obteve, mas as pessoas que lhes dispensam toda a reverência ao seu alcance são consideradas boas. Por isto parece que nunca deveria ser permitido ao filho destituir o pai de seus bens (embora o pai possa deserdar o filho); sendo devedor, o filho deveria pagar, mas nada que um filho possa pagar será suficiente para retribuir o que recebeu do pai, de tal forma que ele estará sempre em débito; mas os credores podem considerar um débito quitado, e portanto o pai também pode fazê-lo. Ao mesmo tempo se pensa que presumivelmente nenhum pai repudiaria um filho, a não ser no caso de extrema deficiência moral do último; realmente, pondo de lado a afeição dos pais para com os filhos, não é condizente com a natureza humana rejeitar a assistência de um filho. Mas o filho, se for moralmente deficiente, omitir-se-á naturalmente em relação ao dever de prestar assistência ao seu pai, ou pelo menos não demonstrará grande empenho em prestá-la, pois as pessoas em sua maioria desejam receber benefícios, mas se absterem de fazê-los, por considerarem que fazê-los não lhes traz proveito. Mas já dissemos o bastante a propósito destas questões.

282. 1162a 34-b 4, 1158b 27, 1159a 35-b 3.

*A Editora Madamu se esforça para garantir a qualidade de suas obras.  
Caso encontre algum erro, pedimos a gentileza de nos informar  
pelo e-mail [leitor@madamu.com.br](mailto:leitor@madamu.com.br)*